

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 12/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A (SETEC SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS) E, DE OUTRO, A EMPRESA NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a cidade, na Praça Voluntários de 32 S/N., Ponte Preta, inscrita o CNPJ/MF sob n. 49.413.800/0001-23, inscrição estadual isenta, neste ato representada por seu Presidente Sr. ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA inscrito no CPF nº 055.896.828-78, pela Diretora Adm. Financeiro, Sra. JANAÍNA DE FÁTIMA VACILOTTO CAMPOS BARBOSA, inscrita no CPF nº 356.194.948-70, a seguir designada simplesmente CONTRATANTE. de outro lado, a empresa NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, doravante designada CONTRATADA, com sede na cidade de São José dos Pinhais (PR), na Rua Izabel a Redentora, nº 2356 – Edf. Loewen, Sala 117, Centro – CEP 83005-010, inscrita no CNPJ sob nº 07.797.967/0001-95, IE 90547068 01, representada neste ato pelo seu Presidente/Diretor Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador do RG nº 4.086.763-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 574.460.249-68 (outros dados constam no Processo Administrativo nº SETEC.2022.00001076-49 têm entre si justo e acordado, celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo em epígrafe, decorrente da Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24 inciso II da lei 8666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema on line do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 meses, contados a partir da liberação de senha e acesso ao Banco de Preços.
- 2.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, $\S1^{\circ}$, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.
- 2.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demostrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração.
- 2.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 2.5. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- 2.6. Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 2.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 2.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 2.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 2.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.11. O reajuste será realizado por apostilamento ou aditamento.
- 2.12. Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto.
- 2.13. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 3.1. O valor global anual deste contrato é de **R\$ 10.865,00**, conforme proposta da CONTRATADA integrante deste instrumento, e será quitado em parcela única, inclusos todos os impostos, encargos, taxas, seguros e demais despesas necessárias à sua execução.
- 3.2. O pagamento será processado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo CONTRATANTE, por meio de nota de empenho, mediante depósito no Banco do Brasil, ag. 1622-5, conta 464-2.
- 3.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias da realização do pagamento acima fixado incidirá no bloqueio das senhas de acesso à ferramenta, acesso este que será liberado novamente após constatada a quitação do citado débito pela Contratante.
- 3.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

Praça Voluntários de 32, s/nº - Bairro Ponte Preta - CEP: 13041-900 - CAMPINAS - SP - Fone (19) 3734-6138

I = (TX/100) 365 EM = I x N x VP, onde:

a ju



I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.3. Os serviços que fazem parte do presente contrato serão recebidos provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da liberação do acesso ao sistema, acompanhado de Termo de Recebimento, que deverá ser conferido e assinado por representante da CONTRATANTE.
- 4.3.1. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, a CONTRATANTE poderá:
- 4.3.1.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua readequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 4.3.1.2. Na hipótese de readequação, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 4.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas.
- 4.5. Se o acesso à ferramenta Banco de Preços, a qualquer tempo, deixar de permanecer disponível por responsabilidade da CONTRATADA, ficará esta sujeita as penalidades previstas na cláusula décima e seguintes.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme artigo 67 da Lei 8.666/93.
- 5.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato em conformidade com o artigo 70 da Lei 8.666/93.
- 5.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1

W



6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **01 04 122 2022 4198 33.90.39.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - DA CONTRATANTE

- 7.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato;
- 7.1.2. Efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos neste instrumento;
- 7.1.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto.
- 7.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, utilizando-se da forma escrita, para que esta possa tomar as medidas necessárias.
- 7.1.5. Zelar pelo conteúdo dos produtos contratados, não transferindo acesso ou divulgando seu conteúdo a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.
- 7.1.6. Notificar à CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre a intenção de aplicação de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2 - DA CONTRATADA

- 7.2.1. Executar de acordo com sua proposta, normas legais e cláusulas deste contrato, o objeto contratado, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de suas obrigações;
- 7.2.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 7.2.3. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 7.2.4. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.2.5. Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução do contrato e para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/e-mails, o qual deverá ser aceito pelo CONTRATANTE.
- 7.2.6. Notificar à CONTRATANTE sobre a ocorrência de quaisquer irregularidades ou sobre a indisponibilidade da ferramenta, durante a execução e vigência do contrato.

7.3 - FORMA DE UTILIZAÇÃO

7.3.1. A funcionalidade da ferramenta, sua forma de utilização e prestação do serviço encontra-se descrita na Proposta Comercial da CONTRATADA, a qual é parte indissociável e integrante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – BASE LEGAL

8.1. A presente contratação encontra-se fundada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dispensa de licitação devidamente justificada no Processo Administrativo nº SETEC.2022.00001076-49.

m



CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

- 9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - a) por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - b) amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia ampla defesa e ao contraditório.
- 9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 - I Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - III Indenizações e multas

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada que descumprir as condições deste instrumento, ficará sujeita às seguintes penalidades:
 - I. Pelo atraso injustificado multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
 - II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:
- a. Advertência;
- b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





- 10.2. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 10.4. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
- 10.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

7

Wh



SETEC – Serviços Técnicos Gerais

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas CNPJ 49.413.800/0001-23

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Campinas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente Termo de Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Campinas, 26

PELO ÓRGÃO CONTRATANTE: SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA residente

JANAINA DE FATIMA VACILOTTO CAMPOS BARBOSA

Diretora Adm. Financeiro

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS DADOS LTDA:0779796700019 Dados: 2022.10.25 14:46:43

Assinado de forma digital por NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA:07797967000195

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS PRESIDENTE - DIRETOR

TESTEMUNHAS:

Gestor: ALLAN OKAMOTO ELIAS Função: Gerente - DIAD- SETEC

CPF: 340.226.618-01

E-mail: allan.okamoto@setec.sp.gov.br



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: SETEC.2022.00001076-49

LICITAÇÃO: Dispensada com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: SETEC – SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS CONTRATADO: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

CONTRATO Nº: 12/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema on line do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

CAMPINAS, 26 de contubro de 2022.





AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA

Cargo: Presidente da SETEC

CPF: 055.896.828-78

E-mail: enrique.lerena@setec.sp.gov.br

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: JANAÍNA DE FÁTIMA VACILOTTO CAMPOS BARBOSA

Cargo: Diretora Adm. Financeiro

CPF: 356.194.948-70

E-mail: janaina.barbesa@setec.sp.gov.br

Assinatura:

Pela contratada:

Nome: RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

Cargo: Presidente / Diretor CPF: 574.460.249-68

E-mail: r.reis@negociospublicos.com.br

NP TECNOLOGIA E GESTAO DE Assinado de forma digital por NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA:07797967000195

DADOS LTDA:07797967000195

Dados: 2022:1025143726-0300

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO

Nome: ALLAN OKAMOTO ELIAS Cargo: GERENTE DA DIAD

CPF: 340.226.618-01

E-mail: allan.okamoto@setec.sp.gov.br

Assinatura: Www W



SETEC - Serviços Técnicos Gerais

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas CNPJ 49.413.800/0001-23

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLAGOS Declaração de documentos à disposição do tribunal

CONTRATANTE: SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

CNPJ: 49.413.800/0001-23

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

CNPJ: 07.797.967/0001-95 CONTRATO Nº 12/2022

DATA DA ASSINATURA: 26 de outubro de 2022.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da liberação da senha de acesso.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema on line do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados.

LICITAÇÃO DISPENSADA COM FULCRO NO ART. 24 INCISO II DA LEI 8.666/93 PROCESSO ADMINISTRATIVO SETEC 2022.00001076-49

Declaramos, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos guando requisitados.

Campinas, 26 de outubro de 2022.

RESPONSÁVEL:

ENRIQUE JAVIÉR MISAILIDIS LERENA

Presidente SETEC

E-mail: enrique.lerena@setec.sp.gov.br

bimento das propostas até às 8h do dia 24/11/2022 e inicio da disputa de preços dia

dia 25/11/2022 as 9h.

Pregão n. 2022/347 - ELETRÔNICO, Objeto: AQUISIÇÃO DE COLAR DE TOMA-DA FFD. Recebimento das propostas até às 8h do dia 28/11/2022 e início da disputa de preços dia 28/11/2022 às 9h. A informação dos dados para acesso deve ser feita no site www.licitacoes-e.com.br. Edital gratuito disponível na Internet (http://www. sanasa.com.br).

GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

RESUMO DE ADITAMENTO
Aditamento 02 ao Contrato n 2020/7215 PRE 2020/142; Contratada: SONDEQ IND.
SONDAS E EQUIP. LTDA. CNPJ: 61.360.483/0001-20. Objeto: MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS PARA USO EM MND; prorrogação por 12 meses até 08/10/2023, reajuste de 7,87%; valor R\$ 38.898,61.

SETEC

SERVICOS TÉCNICOS GERAIS - SETEC

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO EL ETRÔNICO N

Processo Administrativo N. SETEC.2022.00000669-42

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento e administração de vale-refeição/alimentação através de cartão com tarja magnética e/ou com tecnologia de chip eletrônico, que proporcione poder de compra de gêneros alimentícios e/ou refeição pronta aos servidores da SETEC em estabelecimentos comerciais credenciados, em conformidade com as especificações técnicas constantes no **Termo de Referência-Anexo I**, e nas condições contidas neste instrumento convocatório, pelo período de 12 (doze) meses.

Em face dos elementos constantes no processo administrativo em epigrafe. cial do parecer jurídico, CONHEÇO as impugnações apresentadas por, VEROCHE-QUE REFEIÇÕES LTDA - CNPJ 06,344.497/0001-41 e, no merito, NEGO-LHES PROVIMENTO; informamos ainda que o edital será republicado com alterações realizadas após reavaliação de seu conteúdo em relação aos itens 5.2 e 5.6. O teor do pedido de impugnação e demais documentos estarão disponíveis no portal da trans-parência https://sctcc.sp.gov.br/site/transparencia-licitacoes e nos autos do processo. Mantém-se inalterada a data da realização do pregão eletrônico.

Publique-se

Campinas, 26 de outubro de 2022

DANIEL FARIA DE MACHADO

PREGOEIRO

EXTRATO - ADITAMENTO DE CONTRATO

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 22/2021; Processo Administrativo SEI nº SETEC.2021.0000388-17; Objeto: Contratação de empresa para prestação n° SETEC.2021.00000388-17; Onjeto: Contratagao de empresa para prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção dos cemitérios municipais; Contratante: SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS; Contratada: VALE AMBIENTAL EIRELI; CNPJ: 14.234.486/0001-37; Pregão Presencial n° 02/2021; Valor total estimado: R\$ 690.055,80; Vigência: prorrogada por mais um período de 06 (scis) meses, contados a partir de 25/10/2022, com reajuste; Data da assinatura: 24/10/2022; Ficam alteradas: a Cláusula Terceira (reajuste), Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira (garantia) e Cláusula Segunda (vigência), ratificadas as demais cláusulas do contrato.

Campinas, 24 de outubro de 2022 ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA PRESIDENTE DA SETEC

EXTRATO - CONTRATO

Contrato nº 12/2022: Processo Administrativo SEI nº SETEC.2022.00001076-49;
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema on line do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados., em conformidade com as especificações constantes na Proposta, pelo periodo de 12 (doze) meses; Contratante: SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS; Contratada: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, CNPJ 07.797.967/0001-95; Licitação dispensada com fulcro no Art. 24 Inc. II da Lei 8666/93; Valor total do contrato: RS 10.865.00; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de liberação da senha de acesso: Data da assinatura: 26/10/2022.

Campinas, 26 de outubro de 2022

DANIEL FARIA DE MACHADO

GERENTE DILIC

DIVERSOS

ENTIDADES ASSISTENCIAIS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

SOBRAPAR - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA PARA REABILITAÇÃO CRANIOFACIAL - C.N.P.J.: 50.101.286/0001-70 - C.C.: 3234.62.02.0001.01001 - I.M.: 39901-9 RETIFICAÇÃO DO EDITAL PARA O CONCURSO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA (PRM) EM CIRURGIA PLÁSTICA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEQUISA E ASSISTÊNCIA PARA REABILI-

TAÇÃO CRANIOFACIAL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL 2022 DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PARA Ó PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM CIRURGIA PLASTICA DO
SERVIÇO DE CIRURGIA PLASTICA "PROF. DR. CASSIO M. RAPOSO DO AMARAL'

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEQUISA E ASSISTÊNCIA PARA REABILITAÇÃO CRANIOFACIAL toma pública a seguinte retificação do Edital de abertura do processo seletivo para o programa de residência em cirurgia plástica, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens os ubilitare do referido adital: e subitens do referido edital:

Onde se lê:

I - DO PROGRAMA

Pré-Requisito: cumpridos 03 (três) anos em Programa de Residência Médica Cirurgia Geral em serviço credenciado pela CNRM/MEC.

I - DO PROGRAMA

Pré-Requisito: cumpridos 03 (três) anos em Programa de Residência Médica Cirurgia Geral ou 02 (dois) anos em Área Cirúrgica Básica em serviço credenciado pela CNRM/MEC.

Onde se lê:

II - DAS INSCRIÇÕES

1. O candidato, ao inscrever-se, estará declarando sob as penas da lei que:

1.2 - concluíu o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral devidamente autorizado e reconhecido pelo MEC ou que irá concluí-lo até a data de matrícula;

II - DAS INSCRIÇÕES

1. O candidato, ao inscrever-se, estará declarando sob as penas da lei que;

1.2 - concluiu o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral ou em Área Cirurgica Básica devidamente autorizado e reconhecido pelo MEC ou que irá conclui-lo até a data de matricula:

Onde se lê:

II - DAS INSCRIÇÕES

Documentos a serem apresentados no ato da inscrição:

5.4 - Carta de Recomendação do Chefe do Serviço de Residência em Cirurgia Geral, com nome, endereço e telefones de contatos do médico que assina a carta;

II - DAS INSCRIÇÕES

Documentos a serem apresentados no ato da inscrição:

5.4 - Carta de Recomendação do Chefe do Serviço de Residência em Cirurgia Geral ou Área Cirúrgica Básica, com nome, endereço e telefones de contatos do médico que assina a carta;

Onde se lê:

II - DAS INSCRIÇÕES

Documentos a serem apresentados no ato da inscrição:

5.8 - Cópia AUTENTICADA ou com AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA dos

5.8.8 - Diploma de conclusão de Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral credenciado pela CNRM ou declaração de que está cursando o último ano de um PRM de Cirurgia Geral ou Área Cirúrgica Básica;

II - DAS INSCRIÇÕES

5. Documentos a serem apresentados no ato da inscrição:

5.8 - Cópia AUTENTICADA ou com AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA dos documentos abaixo

4.8.8 - Diploma de conclusão de Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral ou Área Cirúrgica Básica credenciado pela CNRM ou declaração de que está cursando o último ano de um PRM de Cirurgia Geral ou Área Cirúrgica Básica;

Onde se la

VI - DA MATRÍCULA

 A matrícula deverá ser efetivada no dia 05/01/2023, no periodo das 9h às 14h, pelos candidatos selecionados. Estes deverão comparecer pessoalmente ou por procurador oficialmente constituido, na secretaria da SOBRAPAR para preencher a ficha de matricula apresentando a seguinte documentação:

2.1 - O candidato que se inscreveu na condição de concluinte do Programa de Residência Médica de Cirurgia Geral, no ato da matricula deverá comprovar a conclusão do curso médico, por meio de documento oficial, expedido pela instituição de ensino responsável. A declaração de conclusão do curso médico será aceita a título provisório, para fins de matricula do candidato. No entanto, o diploma deverá ser apresentado pelo Médico Residente durante os primeiros 90 (noventa) dias de início do Programa de Residência Médica, sob pena de não lhe ser deferida a matricula para o ano seguinte e o respectivo registro no Conselho.

VI - DA MATRÍCULA

2. A matrícula deverá ser efetivada no dia 05/01/2023, no período das 9h às 14h, pelos candidatos selecionados. Estes deverão comparecer pessoalmente ou por procurador

1.